

O JORNAL 18/11/69

Conselho de Justiça sumariou 33 do MR-8

O Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Marinha iniciou, ontem pela manhã, o sumário de culpa das 33 pessoas denunciadas na Lei de Segurança Nacional sob acusação de participarem do chamado MR-8.

Sob forte dispositivo militar, os réus foram apresentados aos juizes-militares para qualificação, tendo o juiz-auditor Osvaldo Lima Rodrigues marcado para quinta-feira, às 9 horas, o depoimento de Vital Paulino, Francisco Xavier Rocha, João Carvalho Martins e Milton da Silva, arrolados testemunhas de acusação.

O Conselho marcou para hoje a qualificação do estudante Umberto Trigueiros Lima, que não foi apresentado à Auditoria uma vez que se encontra preso na Fortaleza de Santa Cruz.

Durante a sessão, o advogado Augusto Sussekind de Moraes Régo, defensor de Jorge Medeiros do Vale, protestou perante o Conselho de Justiça contra a direção da Superintendência dos Sistemas Penitenciários — SUSIPE — que conduziu vários presos num carro fechado, motivando o desmaio de dois réus.

O jornalista Antônio Caligari, que havia sido sócio pelo encarregado do IPM, e que responderia ao processo em

liberdade, ao sair da sessão foi preso por um agente de segurança, que fazia parte do dispositivo interno e externo. Posteriormente, foi posto em liberdade.

QUALIFICAÇÃO

Foram qualificados Jorge Medeiros do Vale, Mauro Fernaldo de Sousa, Rodrigo José de Farias Lima, Hélio Gomes de Medeiros, Iná de Sousa Medeiros, Maria Cândido de Sousa Gouveia, Marta Mota Lima Alvarez, Ziléia Reznick, Rosane Reznick, Ge-

raldo Galiza Rodrigues, Marcos Antônio Farias de Medeiros, Antônio Rogério Garcia da Silva, Milton Gaia Leite, César Cabral, Nielse Fernandes, Rui Cardoso de Abreu Xavier, Pedro Porfírio Sampaio, João Manuel Fernandes, Luís Carlos de Sousa Santos, Sebastião Medeiros Filho, Tiago Andrade de Almeida e Francisco das Chagas Cordeiro dos Santos.

O réu Paulo Roberto das Neves Benchimol, natural de Magé, Estado do Rio, que se encontra internado no Manicômio Judiciário Heitor Carriho, na Rua Frei Caneca, também foi levado à presença do Conselho Permanente de Justiça.

Os demais — à exceção de dois denunciados que estão presos em Curitiba — deixaram de comparecer à audiência, sendo considerados réus.

Após a sessão, os réus, algemados, foram conduzidos em três veículos militares até o local onde um barco os aguardava para conduzi-lo à Ilha das Flores.